

-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, com redacção dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de Maio, estará patente nas Secretarias das Câmaras Municipais de Silves, Albufeira e Loulé e nesta Direcção Regional, sita em Rua Prof. António Pinheiro e Rosa, 8005-546 Faro, com o telefone 289896600, fax 289896690, e-mail dre-algarve@drealg.min-economia.pt, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no "Diário da República", o projecto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A., para o estabelecimento de Linha Mista a 60 kV, LM 60-0178 Tunes — Vilamoura (1.º Estabelecimento), com 13865.00 metros de comprimento, a partir da Subestação SE60-0624 Tunes, com destino à Subestação SE60-0634 Vilamoura; sita nas freguesias de Tunes, Paderne, Boliqueime e Quarteira concelhos de Silves, Albufeira e Loulé, a que se refere o processo mencionado em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes nesta Direcção Regional da Economia ou nas Secretarias daqueles Municípios, dentro do citado prazo.

Direcção Regional da Economia, 2009-11-30. — O Director de Serviços de Energia Eléctrica, *Carlos Mascote*.

302754019

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado  
das Pescas e Agricultura

### Despacho n.º 2332/2010

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio o licenciado em Direito Eurico José Gonçalves Monteiro, técnico superior da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA), para prestar assessoria técnica especializada ao meu Gabinete, em regime de comissão de serviço, através de cedência de interesse público.

2 — O nomeado auferirá, a título de remuneração mensal, o montante correspondente à situação de origem, a que acresce o abono para despesas de representação estabelecido para o cargo de adjunto e os subsídios de férias, de Natal e de refeição.

3 — Quando o nomeado se deslocar em missão oficial em território nacional, ao estrangeiro e no estrangeiro tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos de gabinete.

4 — A presente nomeação é válida por seis meses, automaticamente prorrogável por iguais períodos até à cessação das minhas funções, podendo ser revogada a todo o tempo.

5 — Nos termos do n.º 5 do artigo 62.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aplicável por força do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, o montante da remuneração correspondente à situação de origem é suportado pela DGPA, sendo o remanescente pago por verbas do orçamento do meu Gabinete.

6 — O presente despacho produz efeitos a partir de 7 de Janeiro de 2010.

29 de Janeiro de 2010. — O Secretário de Estado das Pescas e Agricultura, *Luis Medeiros Vieira*.

202859409

### Despacho n.º 2333/2010

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 80/2008, de 16 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 128/2009, de 28 de Maio, e no uso das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 78/2010, de 21 de Dezembro 2009, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 5 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, o licenciado José Alexandre Fernandes Rodrigues para as funções de coordenador-adjunto do Programa Operacional Pescas 2007-2013 (PROMAR), que passa a integrar, nessa qualidade, a estrutura de missão constituída nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2008, de 16 de Maio.

O presente despacho produz efeitos a partir de 7 de Janeiro de 2010.

29 de Janeiro de 2010. — O Secretário de Estado das Pescas e Agricultura, *Luis Medeiros Vieira*.

### Síntese curricular

José Alexandre Fernandes Rodrigues.

Nascido em Lisboa, em 11 de Outubro de 1954.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em 1981.

Mestre em Economia Agrária e Sociologia Rural pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, tendo em 30 de Abril de 1998 apresentado uma dissertação subordinada ao tema «A especialização intra-sectorial: Um indicador de vantagem competitiva dinâmica para o sector agro-alimentar».

Ingressou na Administração Pública, em Fevereiro de 1974, exercendo funções de técnico auxiliar e, posteriormente, de técnico superior no Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho. Entre 1985 e 1999, exerceu funções em diversos organismos do Ministério da Agricultura (Instituto de Apoio à Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas, Direcção-Geral de Mercados Agrícolas e da Indústria Agro-Alimentar — DGMAIAA/IMAIAA — e Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, representando esses organismos, entre Março de 1991 e Novembro de 1999, em diversas instâncias comunitárias em Bruxelas [Comité Permanente de Estruturas Agrícolas, STAR, Comité de Gestão do FEOGA, Comité de Gestão Agrimonetário, Grupo Agrimonetário do Conselho e Grupo de Questões Agro-Financeiras (AGRIFIN) do Conselho].

Assessor do Secretário de Estado da Modernização Agrícola e da Qualidade Alimentar do XIII Governo Constitucional, entre Novembro de 1999 e Outubro de 2000, e assessor do Secretário de Estado da Agricultura do XIV Governo Constitucional, entre Outubro de 2000 e Fevereiro de 2002. No 1.º semestre de 2000, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, assumiu a presidência do Grupo AGRIFIN do Conselho.

Chefe de serviço de Relações Comunitárias do INGA e director-adjunto de Planeamento e Assuntos Comunitários do IFADAP/INGA, entre Fevereiro de 2002 e Março de 2005, sendo nesse período porta-voz no Comité de Gestão do FEOGA em Bruxelas.

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas do XVII Governo Constitucional, entre 14 de Março de 2005 e 17 de Abril de 2009.

Vogal do conselho de administração da EDIA — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A., desde 17 de Abril de 2009.

Diversas comunicações no domínio da competitividade agro-industrial, com destaque para as apresentadas em Julho de 1998 em Caracas, na Venezuela, no âmbito do Simpósio Internacional sobre «Globalización y Sistemas Agroalimentarios», em Agosto de 1999, em Varsóvia, na Polónia, no IX Congresso da Associação Europeia dos Economistas Agrícolas, e em Pequim, em Setembro de 2006, no âmbito do projecto «China Agro-Plat».

202859563

### Despacho n.º 2334/2010

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio a licenciada Rute Mascarenhas de Brito da Cruz Marta para exercer as funções de secretária pessoal, em regime de comissão de serviço.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 20 de Janeiro de 2010.

29 de Janeiro de 2010. — O Secretário de Estado das Pescas e Agricultura, *Luis Medeiros Vieira*.

202859166

## Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.

### Aviso n.º 2496/2010

Procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho para a carreira/categoria de assistente operacional (motorista de pesados), na modalidade de Relação Jurídica de Emprego Público por tempo indeterminado, a constituir por Contrato de Trabalho em Funções Públicas, do Mapa de Pessoal do INRB, I. P.

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º e nos termos do 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, faz-se público que, no procedimento concursal acima referido, aberto pelo Aviso n.º 19588/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212, de 2 de Novembro

de 2009, foram atribuídos aos concorrentes admitidos e aprovados nos métodos de selecção as seguintes classificações finais:

#### Lista Unitária de Ordenação Final dos Candidatos

Nome	Classificação final
Virgílio Gomes Costa . . . . .	18,920
Agostinho Henrique Ferreira da Fonseca . . . . .	14,500
Leonel de Sousa Cardoso . . . . .	13,840

A presente lista foi homologada pela signatária, Presidente do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P., em 15 de Janeiro de 2010, tendo sido afixada na sede INRB, I. P. e publicada na página electrónica deste Instituto, bem como notificada aos candidatos nos termos do n.º 5 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

28 de Janeiro de 2010. — A Presidente do Conselho Directivo, *Rosa Sá*.

202854305

#### Despacho n.º 2335/2010

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, de um lugar de coordenador do Centro de Actividades “Gestão de Recursos Humanos”, que foi criado por Deliberação do Conselho Directivo de 16 de Setembro de 2009 e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 23 de Setembro de 2009, ao abrigo do artigo 5.º dos Estatutos do INRB, I. P. aprovados pela Portaria n.º 1416/2007, de 30 de Outubro, e nos termos do disposto do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e as alterações constantes da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, no uso das minhas competências próprias nomeio em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a licenciada Cristina Maria Carvalho Matos Silva.

A nomeada tem o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos do Centro de Actividades de Gestão de Recursos Humanos, reunindo as melhores condições para o desempenho do cargo a prover, tendo demonstrado possuir condições técnicas para prosseguir as atribuições do respectivo Centro, para o qual foi aberto o procedimento, e ser detentora de comprovada experiência profissional em todas as áreas assinaladas no competente aviso de concurso.

Demonstrou ainda deter características de liderança, iniciativa, motivação e responsabilidade, atributos importantes para a chefia deste Centro de Actividades.

Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2010.

28 de Janeiro de 2010. — A Presidente do Conselho Directivo, *Rosa Sá*.

#### Nota curricular

Cristina Maria Carvalho Matos Silva

Formação Académica: Licenciatura em Direito, pela Universidade Clássica de Lisboa, Faculdade de Direito (1991).

Junho 2009 — Assessora Jurídica do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Loures

Março 2002 — Junho 2009 — Directora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Loures.

Janeiro 1999 — Fevereiro 2002 — Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Portimão.

Abril 1996 — Dezembro 1998 — técnica superior Jurista da Câmara Municipal de Loures, prestando assessoria técnica à área de Recursos Humanos.

Setembro 1992 — Março 1996 — Presta assessoria técnica jurídica, em regime de avença, ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Loures.

1991 — 1992 — Exerce funções, no sector privado, na área de Pessoal e Assessoria Jurídica.

202854565

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto,  
das Obras Públicas e das Comunicações

#### Despacho n.º 2336/2010

Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º e do n.º 2 do artigo 15.º, do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 56/2008, de 4 de Setembro, atento ao despacho do presidente do Conselho Directivo do InIR — Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P., engenheiro Alberto Conde Moreno, de 7 de Julho de 2009, no uso de competências delegadas pela deliberação n.º 2694/2008, de 18 de Julho, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 13 de Outubro de 2008, foram aprovadas as plantas parcelares P2.A-E-202-13-07 e 08 e o respectivo mapa de áreas das parcelas de terreno necessárias à execução da obra da concessão Brisa — A3 — auto-estrada Porto-Valença — sublanço Maia-Santo Tirso — alargamento e beneficiação para 2 × 4 vias, declaro, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, a utilidade pública com carácter de urgência, da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra da concessão Brisa — A3 — auto-estrada Porto-Valença — sublanço Maia-Santo Tirso — alargamento e beneficiação para 2 × 4 vias, identificados no mapa de áreas e nas plantas parcelares em anexo, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial, e dos direitos e ónus que sobre eles incidem, bem como os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a Brisa — Auto-Estradas de Portugal, S. A., a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas no mapa de áreas e nas plantas anexos, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que a obra projectada seja executada o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa serão suportados pela Brisa — Auto-Estradas de Portugal, S. A., e encontram-se já caucionados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações.

22 de Janeiro de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.